

LEI Nº 3167 DE 22 DE JANEIRO DE 2024

**“DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO
SUBSÍDIO DOS VEREADORES DA CÂMARA
MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES”.**

FELISBERTO DOS SANTOS FERREIRA, Prefeito Municipal de Santo Antônio das Missões/RS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A revisão geral, anual dos vencimentos, de que trata o Inciso X, parte final, ao Art. 37, da Constituição Federal, será feito nos termos da Lei Municipal nº 1259/2002, com vigência para a reposição salarial a contar de primeiro de janeiro de 2024, pela aplicação do índice do IPCA de 4,62 % (quatro vírgula sessenta e dois por cento) sobre os subsídios dos Vereadores de Santo Antônio das Missões, conforme a Lei nº 2950/2020.

Art. 2º - Os Vereadores perceberão, a partir de primeiro de janeiro de 2024, em parcela única um subsídio mensal de valor igual a R\$ 4.909,77 (quatro mil novecentos e nove reais com setenta e sete centavos).

Art. 3º - O Vereador no exercício da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Santo Antônio das Missões perceberá a título de subsídio mensalmente, aquele estabelecido no art. 2º, acrescido de 25% (vinte e cinco por cento) constituirá de parcela única no valor de R\$ 6.137,21 (Seis mil cento e trinta e sete reais com vinte e um centavos).

Art. 4º - Em caso de substituição os vereadores suplentes terão direito ao valor do subsídio mensal proporcional ao número por participação em sessão plenária, ou de 1/30 por dia de substituição.

Art. 5º - O subsídio mensal dos Vereadores será pago durante os recessos parlamentares, independente de convocação de Sessão Legislativa Extraordinária.

Parágrafo Único – As sessões plenárias extraordinárias, nos termos da Constituição Federal, art. 57, § 7º, não serão remuneradas.

Art. 6º - A ausência de Vereador a Sessão Plenária da Câmara, determinará um desconto em seu subsídio de valor proporcional ao número total de reuniões mensais, exceto quando devidamente justificada por atestado médico e internação hospitalar.

Art. 7º - Em caso de viagem para fora do município, a serviço ou representação da Câmara, o Vereador poderá perceber diárias fixadas pelo Legislativo.

Art. 8º - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia primeiro de janeiro de 2024.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES,
22 de janeiro de 2024.

FELISBERTO DOS SANTOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

LAUREN RIBEIRO SIMCH
Secretária Municipal de Administração e Planejamento